



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

PARA ONDE IREMOS SE MEDIDAS URGENTES NÃO O FEREM TOMADAS PARA COMBATER A GRAVE CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA? – 1) Para o rebaixamento do País no grau de investimento pelas agências internacionais de avaliação de riscos. As consequências previsíveis são aumento dos juros e dificuldades de obtenção de créditos pelo governo brasileiro e empresas nacionais; 2) Para fuga de investimentos externos no Brasil; 3) Para um quase certo aumento da inflação interna; 4) Para um agravamento da situação política, que já não é das mais confortáveis; 5) Para um possível afastamento da presidente Dilma Rousseff, na tentativa desesperadora de mudança radical. Para que tudo isso não venha acontecer, esperamos uma união sincera, verdadeira e desinteressada, do Executivo, Legislativo e Judiciário, e também das classes produtoras e trabalhadores.

DISPARADA DO DÓLAR – Deixa brasileiro mais pobre. Bancos acreditam em cotação de R\$ 4,00 em 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO – Referenda Janot no comando da Operação “Lava-jato”. Nosso comentário: e como a presidente Dilma não costuma contrariar o referendo, certamente haverá problema de aprovação no Senado.

IRMÃO DE JOSÉ DIRCEU ADMITE QUERECEBE UM MESADA DE LOBISTAS SEM PEDIR – Entre 2012 e 2013, de R\$ 30 mil mensais, para despesas variáveis!!!

“A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS É SÉRIA E A QUESTÃO FISCAL É MUITO SÉRIA” – Palavras proferidas por Joaquim Levy, ministro da Fazenda.

RIO 2016: DILMA FALA EM JOGOS PARA “ENCANTAR O MUNDO” – Nosso comentário: seria preferível um encantamento com a nossa situação econômica.

USINAS TERMOELÉTRICAS – Governo vai desligar 21 usinas. Nosso comentário: mesmo assim, será que a bandeira vermelha nas nossas contas de luz mudará de cor? Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana!

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

E a prisão do Zé Dirceu?...
Dessa, será que retorna?
-Não, mas bem que a mereceu,
e “o bom filho a casa torna”.

No PAN, o Brasil vai bem...
Não é só bronze que rola,
haja vista que, também,
ganhou um ouro na “Argola”.

O amor é tudo!... É a flama
que nos conduz para o bem...
Se não se tem o que se ama,
que se ame o que não se tem.

GUARDAS MUNICIPAIS PODEM APLICAR MULTAS DE TRÂNSITO

STF – 6/8/2015 - Por seis votos a cinco, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão nesta quinta-feira (6), decidiu que as guardas municipais têm competência para fiscalizar o trânsito, lavrar auto de infração de trânsito e impor multas. Seguindo divergência aberta pelo ministro Luís Roberto Barroso, o Tribunal entendeu que o poder de polícia de trânsito pode ser exercido pelo município, por delegação, pois o Código Brasileiro de Trânsito (CTB) estabeleceu que esta competência é comum aos órgãos federados. O recurso tem repercussão geral e a decisão servirá de base para a resolução de pelo menos 24 processos sobrestados em outras instâncias.

No caso concreto, foi negado provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 658570, interposto pelo Ministério Público de Minas Gerais contra acórdão do Tribunal de Justiça estadual (TJ-MG), e reconhecida a constitucionalidade de normas do Município de Belo Horizonte – Lei municipal 9.319/2007, que ins-

tituiu o Estatuto da Guarda Municipal, e o Decreto 12.615/2007, que o regulamenta – que conferem à guarda municipal competência para fiscalizar o trânsito.

O julgamento começou em maio, mas empatou em quatro votos para cada corrente, a votação foi suspensa para aguardar os votos dos ministros ausentes. A discussão foi retomada esta tarde com os votos do ministro Edson Fachin e Gilmar Mendes, que acompanharam a divergência, e da ministra Cármen Lúcia, acompanhando o relator.

Na sessão anterior, os ministros Marco Aurélio (relator), Teori Zavascki, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski votaram pelo provimento parcial do recurso, no sentido de limitar a competência da guarda municipal. O ministro Luís Roberto Barroso abriu a divergência e foi seguido pelos ministros Luiz Fux, Dias Toffoli e Celso de Mello, fixando o entendimento de que a decisão do TJ-MG deve ser mantida, votando, portanto, pelo desprovimento do RE.



JORNAL

integração

EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. -
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO
Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira,
Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e
Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@asseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba -
Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

Opinião

PIOR RESULTADO EM 25 ANOS

*** Marcos Cintra**

Sob o pretexto de acelerar o crescimento do PIB, Dilma Rousseff assumiu em 2011 pregando maior intervenção do Estado na economia. Ao longo de sua gestão foi deixando de lado o regime de meta de inflação e agiu de modo negligente em relação às contas públicas acreditando que o modelo intervencionista manteria a atividade econômica se expandindo de maneira sustentável.

O sistema de metas de inflação e o regime de superávit primário não bastam para acelerar o crescimento econômico, mas são fatores que promovem maior grau de previsibilidade na tomada de decisão pelos agentes privados quanto aos investimentos, base da expansão sustentada do PIB. A elevação da inflação e a fragilização

das contas públicas na gestão Dilma aumentaram o grau de incerteza na economia, algo que ficou ainda mais comprometido por conta do exacerbado intervencionismo estatal, que expandiu os gastos e o nível de endividamento em troca de efeitos tímidos na atividade econômica.

Outro fator que impacta negativamente na economia brasileira se refere à infraestrutura. O governo tentou atuar nessa área e fracassou. As licitações de ferrovias, aeroportos, rodovias e portos foram mal conduzidas e os efeitos foram quase nulos para a produção nacional. A competitividade da economia doméstica segue patinando por conta desse item de peso fundamental para o custo Brasil.

O modo como o PT conduz a gestão pública chegou ao fim. Não dá mais para seguir com base no consumo doméstico e na ingerência exacerbada

de e ineficaz na vida econômica. As famílias da classe média estão endividadas e a elevação dos preços está reduzindo seu poder aquisitivo. O desemprego está crescendo. A atuação do poder público cria resistência na implementação de investimentos privados, uma vez que a percepção do risco cresceu no meio empresarial. A atuação do governo na atividade produtiva tem sido uma tragédia e o caso mais notório é o do setor de energia elétrica, cujo custo crescente derivado das barbearagens de Dilma está pesando cada vez mais para os consumidores.

Ademais, adicionalmente à má condução da política econômica, existe o enfraquecimento do quadro internacional. Os preços das *commodities* caíram por conta da re-

dução da atividade econômica na China e a expectativa de aumento dos juros nos Estados Unidos reduz o fluxo de capitais para o Brasil.

O resultado da política econômica do atual governo foi um crescimento médio de apenas 2,1% entre 2011-2014, metade da expansão do PIB mundial no mesmo período, com a inflação atingindo um nível elevado. Mas, não para por aí. Este ano as barbearagens do PT vão derrubar a economia em mais de 2%. Será o pior resultado desde 1990, ano em que o governo Collor confiscou a poupança e o PIB encolheu 4,3%. Enquanto isso, países como Chile, Colômbia, Peru e México vão crescer em 2015 entre 2,5 e 3%, mesmo com todos os problemas observados na economia mundial.

*** Marcos Cintra** é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

O TEATRO DA GUERRA

***GAUDENCIO TORQUATO**

para ter reduzida a pena, o que não o torna necessariamente um “herege arrependido”, eis que continua a usar armamento pesado para atacar ex-aliados e combatentes de exércitos até então coligados. Ocorre uma inversão de papéis. Ao mudar de lado, o delator promove tiroteio entre advogados. Para alguns, importa garantir a liberdade provisória, mesmo sob o aperto de uma tornozeleira eletrônica.

Nas praças de guerra de Curitiba e Brasília, a palavra continua a ser a principal arma. É usada para desvendar a guerra iniciada há anos, quando um grupo de combatentes começou a cercar a fortaleza da Petrobras, utilizando armas leves que, ao longo do tempo, ganharam maior calibre. Os recursos – doações, propinas – enchiam cofres de uma poderosa rede de mando. Conquistas foram alcançadas, suprindo, na vanguarda, campanhas políticas e, na retaguarda, cabos eleitorais e exércitos intermediários. As batalhas, ao se aproximarem dos Senhores da Guerra, chegaram a uma intensidade nunca d’antes vista. Na paisagem devastada, alguns chefes de exércitos usam estratégias diferentes. Aécio Neves, tucano, adota a estratégia direta, no melhor estilo de Clausewitz: “a guerra não é só um ato político, como um autêntico instrumento político, uma continuação do comércio político, um modo de levar o mesmo a cabo, mas por outros meios”. A teoria de guerra conserva semelhança com a teoria política. Ambas trabalham com eixos comuns, como estratégia e tática; fricção entre atores; interdependência (a eficácia de um jogador depende das jogadas do outro); força como conceito não apenas mecânico, na medida em que abriga valores morais como autoridade, paixão, motivação e coragem, dos quais o exemplo é Gandhi.

Dito isto, vejamos como é nossa guerra política. Os principais exércitos na paisagem dos conflitos são: os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o Ministério Público; os grupos de negócios privados; e os intermediários. Para ganhar a guerra, cada qual possui um arsenal composto por acusações/defesas, hipóteses/teses, argumentos/contra-argumentos, delações, versões, percepções. Predomina, porém, o sentimento de que os atores que encarnam a luta do Bem contra o Mal levarão a melhor. O Mal, neste caso, é interpretado pelos indiciados na Operação Lava Jato. O juiz Sérgio Moro, os jovens procuradores do MP e os delegados da PF, sob a guarida das altas Cortes, saem-se bem como mocinhos e xerifes dos velhos faroestes.

Na guerra política, como no conflito militar, vale o princípio maquiavélico: “os meios justificam os fins.” Nesse caso, a propina foi o meio para se alcançar um fim. É o que dizem, agora, os delatores, cuja estratégia é a de confessar o crime para ter reduzida a pena, o que não o torna necessariamente um “herege arrependido”, eis que continua a usar armamento pesado para atacar ex-aliados e combatentes de exércitos até então coligados. Ocorre uma inversão de papéis. Ao mudar de lado, o de-

lator promove tiroteio entre advogados. Para alguns, importa garantir a liberdade provisória, mesmo sob o aperto de uma tornozeleira eletrônica.

Nas praças de guerra de Curitiba e Brasília, a palavra continua a ser a principal arma. É usada para desvendar a guerra iniciada há anos, quando um grupo de combatentes começou a cercar a fortaleza da Petrobras, utilizando armas leves que, ao longo do tempo, ganharam maior calibre. Os recursos – doações, propinas – enchiam cofres de uma poderosa rede de mando. Conquistas foram alcançadas, suprindo, na vanguarda, campanhas políticas e, na retaguarda, cabos eleitorais e exércitos intermediários. As batalhas, ao se aproximarem dos Senhores da Guerra, chegaram a uma intensidade nunca d’antes vista. Na paisagem devastada, alguns chefes de exércitos usam estratégias diferentes. Aécio Neves, tucano, adota a estratégia direta, no melhor estilo de Clausewitz: “a guerra não é só um ato político, como um autêntico instrumento político, uma continuação do comércio político, um modo de levar o mesmo a cabo, mas por outros meios”. A teoria de guerra conserva semelhança com a teoria política. Ambas trabalham com eixos comuns, como estratégia e tática; fricção entre atores; interdependência (a eficácia de um jogador depende das jogadas do outro); força como conceito não apenas mecânico, na medida em que abriga valores morais como autoridade, paixão, motivação e coragem, dos quais o exemplo é Gandhi.

Dito isto, vejamos como é nossa guerra política. Os principais exércitos na paisagem dos conflitos são: os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o Ministério Público; os grupos de negócios privados; e os intermediários. Para ganhar a guerra, cada qual possui um arsenal composto por acusações/defesas, hipóteses/teses, argumentos/contra-argumentos, delações, versões, percepções. Predomina, porém, o sentimento de que os atores que encarnam a luta do Bem contra o Mal levarão a melhor. O Mal, neste caso, é interpretado pelos indiciados na Operação Lava Jato. O juiz Sérgio Moro, os jovens procuradores do MP e os delegados da PF, sob a guarida das altas Cortes, saem-se bem como mocinhos e xerifes dos velhos faroestes.

Na guerra política, como no conflito militar, vale o princípio maquiavélico: “os meios justificam os fins.” Nesse caso, a propina foi o meio para se alcançar um fim. É o que dizem, agora, os delatores, cuja estratégia é a de confessar o crime para ter reduzida a pena, o que não o torna necessariamente um “herege arrependido”, eis que continua a usar armamento pesado para atacar ex-aliados e combatentes de exércitos até então coligados. Ocorre uma inversão de papéis. Ao mudar de lado, o de-

SAÍDA

Qual a saída para a crise? Vejamos: 1) Um governo de união nacional, com os partidos se unindo em torno da presidente e garantindo seu mandato até 2018; 2) Impedimento e/ou renúncia da presidente, com a ascensão do vice Michel Temer, e instalação de um governo suprapartidário, que atenuará os espíritos e coordenará o processo de 2018; 3) Prolongamento da crise até 2018, com base situacionista em processo de esfacelamento e base oposicionista se fortalecendo. PT em desmoronamento; 4) Governo consegue aprovar ajuste, faz agenda positiva, recupera-se do tombo, conserva parcela da base e PT entra em 2018 em condições de disputar pleito. Escolha.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato